

Continuação **Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70**

dos é reconhecido como despesas de pessoal, com correspondente aumento do patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). **2.26. Normas e interpretações emitidas, efetivas e não efetivas no exercício.** A Companhia e suas controladas avaliaram a seguinte alteração na preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As alterações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia: • CPC 50/IFRS 17 - Contratos de Seguro, e alterações ao CPC 50 Contratos de Seguro. Foram emitidas as seguintes revisões das normas abaixo pelo CPC/IASB, que entram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2024 pela Companhia e suas controladas, não havendo efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas quanto a sua aplicação. • Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7; • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento). Não existem outras novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia e suas controladas. Uma série de novas normas contábeis serão efetivas em exercícios futuros. O Companhia e suas controladas não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **A. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa e para apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia e suas controladas ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Administração também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **B. Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: • Ausência de convertibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** A preparação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **(a) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: - *Provisão para perdas com contas a receber de clientes (nota explicativa 5):* As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia tem como política analisar e provisionar os títulos vencidos há mais de 90 dias, bem como provisionar perda para todos os títulos em aberto desse devedor. São utilizados aspectos julgamentais para manter ou não o provisionamento de casos em que ocorre a renegociação de dívida ou formalização do compromisso por parte do cliente. Dentre os julgamentos efetuados, são considerados os motivos que levaram o cliente a não pagamento (razões climáticas que levaram à quebra de safra, por exemplo), o relacionamento histórico com o cliente, a intenção de pagar e evidências disponíveis de que o recebimento irá ocorrer. **(b) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas periodicamente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos são destacadas a seguir: - *Estoques e compromissos de compra e venda de commodities e instrumentos financeiros derivativos (Notas explicativas 5, 7, 8, 12 e 14, respectivamente):* A Companhia valoriza as contas a receber atreladas ao recebimento de *commodities*, bem como o seu estoque de *commodities*, e as contas a pagar a fornecedores a fixar de *commodities* pelo valor justo na data de reporte, sendo as variações do valor justo registradas em contrapartida ao custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado. As *commodities* comercializáveis são negociadas livremente, em mercado ativo e podem ser vendidas sem processamento adicional significativo. A Administração estima o valor de mercado com base nos preços cotados em bolsas de valores, ajustados para refletir diferenças em mercados locais. Como parte de sua gestão de risco de preços, principalmente para fins comerciais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda de *commodities*, bem como por contratos futuros em bolsa (CBOT), os quais são também mensurados ao valor justo, tendo suas variações registradas em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado. A Administração reconhece contabilmente o valor justo das contas a receber de cédula de produtor rural (CPR) e dos contratos de compra e venda a termo que são liquidados com a entrega física, por esta ser a prática da Companhia para contratos similares, com o propósito de negociação e obtenção de margens em suas operações comerciais de *commodities*. - *Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento (nota explicativa 10):* Para mensuração do ativo de direito de uso, a Companhia calcula o valor inicial do passivo de arrendamento trazido a valor presente pelas taxas de desconto que variam conforme os vencimentos dos contratos. As taxas de desconto são calculadas considerando a "curva ponderada do CDI/Pré", somado ao risco de crédito da Companhia e a um *spread* de risco do ativo subjacente. Nesse sentido, ocorrem julgamentos relevantes envolvendo a data das curvas de juros utilizadas para o cálculo e a determinação do risco de crédito da Companhia. - *Pagamentos baseados em ações (nota explicativa 26):* O valor justo das opções outorgadas pela Companhia nos planos de opções é mensurado no momento da outorga, com base em determinadas premissas. Essas premissas requerem a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. O reconhecimento do custo com o plano de opções foi mensurado com base no valor justo das ações outorgadas utilizando o modelo Binomial, conforme detalhado na Nota 26. - *Tributos sobre o lucro (nota explicativa 20):* Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos, incluindo aqueles relacionados a subvenções governamentais usufruídas pela Companhia, e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo

interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Conforme divulgado na Nota 25, a Companhia revisou a sua estratégia de uso da Subvenção após ajustes na legislação vigentes a partir de 01 de janeiro de 2024 e possui todo amparo dos assessores jurídicos. Dessa forma, com base nas informações disponíveis no mercado e na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia entende que as chances de êxito são prováveis, no caso de eventual questionamento e discussão quanto aos valores excluídos na apuração do IRPJ e da CSLL junto às autoridades fiscais. Nesse contexto, em atendimento às práticas contábeis aplicáveis, mais notadamente o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro e interpretações relacionadas (ICPC 22/IFRIC 23), não há qualquer provisão para perdas constituída relacionada a esse assunto. Conforme divulgado na Nota 20, a Companhia possui ativos fiscais diferidos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Existem premissas relevantes na construção do orçamento para anos futuros, bem como na definição da base tributável futura tendo em vista as incertezas que giram em torno dos aspectos tributários para os anos seguintes. Os preços de commodities comercializadas e adquiridas pela Companhia, bem como mudanças de legislação, adoção de benefícios e incentivos fiscais podem trazer alterações relevantes na projeção. As premissas consideradas para a mensuração do lucro tributável se amparam principalmente no orçamento da Companhia para os próximos anos. Por fim, comparativos relacionados a médias históricas de saldos ajudam a traçar a expectativa futura de lucro no que se refere a interferência da sazonalidade no resultado da Companhia. - *Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros (notas explicativas 08 e 14):* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A Nota 14 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. **4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** **4.1 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	219.141	178.108	726.934	446.953
Aplicações de liquidez imediata	965.111	581.530	969.924	581.530
Renda fixa (*)	546.078	522.948	550.891	522.948
Fundo de investimento exclusivo (Nota 4.3)	419.033	58.582	419.033	58.582
Total	1.184.252	759.638	1.696.858	1.028.483

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em caixa. **4.2 Aplicações financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplic. financeiras	-	-	-	-
Fundo de investimento exclusivo (Nota 4.3)	-	138.950	-	138.950
Fundo de investimentos em Direitos Creditórios - FIDC (Nota 4.4)	65.953	-	65.953	-
Demais Aplicações	1.384	40.532	9.451	58.501
Total	67.337	179.482	75.404	197.451

4.3 Fundo de investimento exclusivo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	419.033	58.582	419.033	58.582
CDB	233.865	53.514	233.865	53.514
Compromissada IPCA	16.861	5.068	16.861	5.068
FIDC (Fundo de Investimento em cotas)	148.793	-	148.793	-
Day Classic FIRP	19.514	-	19.514	-
IFF	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	12
Letras Financeiras	-	-	-	138.938
Total	419.033	197.532	419.033	197.532

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração dos investimentos do fundo corresponde a 104,05% do CDI mensal (105,60% em 31 de dezembro de 2023). **4.4 Fundo de investimento em Direitos Creditórios:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	65.953	-	65.953	-
Total	65.953	-	65.953	-

Durante o exercício de 2024 a Companhia realizou a operação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Os direitos creditórios cedidos são títulos ou créditos que representam direitos de obtenção futura, originados de transações comerciais da Companhia. A operação possui vencimento em outubro de 2025. O FIDC foi estruturado a partir de investimentos de terceiros em 80% das cotas seniores que possuem uma taxa meta de remuneração de CDI + 1,8% ao ano. Em 31 de dezembro de 2024, a meta de remuneração do FIDC é de 100% do CDI mensal. A Companhia é cotista de 18,8% do fundo, por meio de 64.860 cotas subordinadas mezanino. Sendo o restante, também investido por terceiros em formato de cotas subordinadas júnior sem meta de remuneração. O fundo cumpre os requisitos de realizar transferência substancial dos riscos e benefícios vinculados ao ativo financeiro conforme prevê o CPC 48 / IFRS 9. Em virtude disso, a Companhia realizou o desreconhecimento dos ativos financeiros, resultando na baixa dos saldos das contas a receber cedidas dos seus demonstrativos contábeis. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de menor risco e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras. **5. Contas a receber de clientes:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber no mercado interno	310.209	552.074	312.635	553.070
Contas a receber no mercado externo	-	1.764	210.183	69.136
Cédula de produtor rural (CPR) (Nota 8)	624.018	425.553	624.018	425.553
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 22)	691.262	428.747	74.091	102.544
Operações de crédito	-	-	219.641	112.698
Total	1.625.489	1.408.138	1.440.568	1.263.001

(-) Provisão para perdas esperadas (33.850) (12.431) (38.456) (17.110)

Total de contas a receber 1.591.639 1.395.707 1.402.112 1.245.891

Circulante 1.586.065 1.388.495 1.396.538 1.238.679

Não circulante 5.574 7.212 5.574 7.212

As "Contas a receber - cédula de produtor rural" são originadas na venda de produtos a clientes mediante o recebimento do pagamento em grãos. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de origemação de grãos da Companhia, para a consecução de sua atividade de comercialização de *commodities* agrícolas. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a análise dos saldos das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A Vencer	1.445.809	1.321.909	1.256.282	1.172.093
Vencidos	145.830	73.798	145.830	73.798
De 1 a 30 dias	113.025	63.610	113.025	63.610
De 31 a 60 dias	6.596	7.911	6.596	7.911
De 61 a 90 dias	26.209	2.277	26.209	2.277
Total	1.591.639	1.395.707	1.402.112	1.245.891

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar

eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes, não sendo esperadas perdas - acima dos montantes provisionados, considerando o histórico da Companhia e as garantias existentes. A provisão para perdas esperadas apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	(12.431)	(7.126)	(17.110)	(7.126)
Adições	(43.416)	(6.097)	(43.343)	(9.423)
Reversões/aquisição de controlada	-	-	-	(1.353)
Adições	21.997	792	21.997	792
Saldo no final do exercício	(33.850)	(12.431)	(38.456)	(17.110)

As operações de crédito apresentadas no saldo consolidado pertencem a controlada Três Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. **6. Impostos a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	152.147	158.272	152.340	158.334
CSLL	36.173	47.841	36.173	47.841
PIS	91.878	64.770	91.878	64.770
COFINS	90.074	91.039	90.074	91.039
Retenções	138	138	141	138
IRF aplic. financeiras	-	14.675	28	14.675
ICMS	55.613	24.006	55.613	24.006
FETHAB	398	45	398	45
Total	426.421	400.786	426.645	400.848
Circulante	209.116	206.992	209.340	207.504
Não circulante	217.305	193.794	217.305	193.794

Os saldos a recuperar de PIS e COFINS se referem, basicamente, aos créditos presumidos apurados sobre as vendas da operação de extração de farelo de soja, óleo degomado e casca de soja, além da produção de biodiesel. Estes créditos são utilizados pela Companhia mediante compensação com impostos a pagar ou são efetuados pedidos de ressarcimento em caixa. Os saldos a recuperar de imposto de renda e contribuição social se referem, substancialmente, a créditos tributários extemporâneos decorrentes do benefício de subvenções governamentais para investimento conforme Nota 25. A realização desses créditos ocorre mediante compensação com impostos a pagar ou através de pedidos de ressarcimento em caixa. A partir de 01 de maio de 2023, o regime de tributação monofásica regido pelo convenio 199/2022 impossibilitou a tomada de crédito de ICMS nas indústrias de Biodiesel, se tornando incompatível com o regime geral de apuração do imposto das demais filiais. Sendo assim a companhia acumulou um saldo

9. Investimentos: Os investimentos relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, na controladora com saldo em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados no quadro a seguir:

	Capital Social		Patrimônio Líquido		Participação acionária %		Particip. no patrimon. liq.		Transação de Capital c/Sócios		Ajuste de Acumul. de Consumo		Equival. Patrim.	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Investimento														
3T Internacional S.A.	-	-	71.094	-	100%	-	71.094	-	-	-	-	-	9.958	51.162
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	53.800	50.748	-	-	100%	50.748	-	53.800	(2.969)	-	-	-	-	690
Tentos Participações Ltda.	20.139	20.684	-	-	100%	20.139	-	20.139	-	-	-	-	-	2.527
Total	73.940	142.526	71.094	-	100%	71.094	-	73.940	(2.969)	-	9.958	51.162	9.958	54.379

10. Direito de uso e passivo de arrendamento: De acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16, os arrendamentos referem-se ao direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício em troca de contraprestação. A movimentação dos ativos de direito de uso está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31/12/2022	-	-	14.472	23.337
Adições de novos contratos	-	-	1.233	1.645
Remunerações de contratos	-	-	383	(547)
(-) Amortização do ativo de direito de uso	-	-	(5.414)	(6.329)
Saldo em 31/12/2023	-	-	10.677	18.106
Adições de novos contratos	-	-	1.844	2.258
Remunerações de contratos	-	-	7.260	6.160
(-) Amortização do ativo de direito de uso	-	-	(3.427)	(4.575)
Saldo em 31/12/2024	-	-	16.351	21.949

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 01/01/2023	48.950	275.735	32.317	114.362
Adições	1.369	691	1.136	18.441
Baixas	-	-	(659)	(20)
Transferências (-)	14.732	271.822	79.561	335
Saldo em 31/12/2023	65.051	548.248	113.014	132.175
Adições	38.790	141	1.628	33.277
Baixas	-	(55)	(6)	(3.132)
Transferências (-)	-	171.053	73.316	1.433
Saldo em 31/12/2024	103.841	719.387	187.952	163.753

11. Imobilizado: 11.1. Controladora:

	Terrenos	Edificações	Instalações	Veículos	Máquinas e equip.	Móveis e utensílios	Equipamentos de comput.	Outros	Imobiliz. em andam.	Total
Saldo em 01/01/2023	48.950	275.735	32.317	114.362	196.109	5.851	10.208	4.353	950.630	1.638.515
Adições	1.369	691	1.136	18.441	11.324	3.753	3.830	1.510	456.742	498.488
Baixas	-	-	(659)	(20)	(65)	(13)	(9)	(13)	(1.978)	(1.978)
Transferências (-)	14.732	271.822	79.561	335	395.916	844	10	104	(763.324)	-
Saldo em 31/12/2023	65.051	548.248	113.014	132.175	602.128	10.428	13.979	5.954		